

Lutar para manter, lutar para romper: a mulheres e a ditadura militar brasileira

Fight to maintain, fight to break: women and the Brazilian military dictatorship

Mateus Gamba Torres
Doutorando em História Social (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS)
mateustorres@ig.com.br

Resumo

Durante a ditadura militar brasileira, diversos grupos de mulheres, empreenderam ações no sentido de apoiá-la. Essas donas-de-casa, católicas, foram as ruas protestar contra o governo e o comunismo ateu que segundo elas poderia destruir sua famílias. Em contraposição diversas mulheres engajaram-se em movimentos de contestação a ditadura militar, inclusive em organizações armadas, questionando a política repressiva, e rompendo com os papeis socialmente estabelecidos a elas.

Palavras-chave: Ditadura. Mulheres. Catolicismo. Anticomunismo.

Abstract

During Brazil's military dictatorship, several women's groups have undertaken actions to support it. These housewives, house, Catholic, were the streets to protest against the government and atheistic communism which according to them could destroy their families. In contrast, several women engaged in movements against the military dictatorship, including armed groups, questioning the policy of repression, and breaking their socially established roles.

Keywords: Dictatorship. Women. Catholicism. Anticommunism.

Introdução

O regime de força instalado no Brasil em 1964 apresentou à população uma série de discursos no sentido de convencê-la da necessidade da deflagração desse golpe de estado para que a “ordem” fosse restabelecida. O governo, segundo os militares, deixava-se levar pela “subversão” e pelo comunismo. O próprio Ato Institucional nº 1 deixa bem claro que “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país” (BRASIL, 1964).

Para esse grupo de militares “bolchevizar o país” era uma frase repleta de significados. Transformar o Brasil num país comunista em tempos de guerra fria, representava uma estrangeirismo inaceitável, que corromperia as tradições brasileiras como o liberalismo e o cristianismo.

Esta última tradição deveria ser defendida principalmente pelas donas de casas, ou seja, mulheres que não poderiam deixar seus filhos se desviarem da moral e da ordem que devem reger as situações políticas e familiares no Brasil. E estas saíram às ruas contra o “comunismo ateu” que desagregaria a família brasileira.

Porém também existiram mulheres que lutaram contra a ditadura, contrapondo-se às concepções autoritárias na política, e ao mesmo tempo rompendo com o papel socialmente pré-estabelecido a ela na sociedade.

Neste artigo será trabalhado o processo que ligava quase como sinônimos, o anticomunismo e o catolicismo, bem como as diversas visões e discursos sobre as mulheres nas lutas pró e contra a ditadura militar.

O catolicismo, o anticomunismo e suas estreitas relações.

Apesar do intenso processo de urbanização vivenciado por grandes contingentes da população e as rápidas alterações de costumes nas décadas de 1960 e 1970, pode-se facilmente constatar que o cristianismo e os valores cristãos foram um desses fortes elementos que faziam parte do cotidiano e da forma de pensar das *classes médias urbanas*. A chamada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* foi, nesse contexto, uma resposta política ao discurso de 13 de março na Central do Brasil. A fúria que incendiou o movimento conservador saiu do pronunciamento do Presidente João Goulart durante o Comício das Reformas. Este criticou a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos de oposição a seu governo (CODATO, 2008).

Os grupos sociais que estiveram à frente da Marcha da Família eram, em sua maioria, oriundos das camadas médias urbanas (profissionais liberais, pequenos empresários, donas-de-casa). Entidades femininas (Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia — LIMDE, União Cívica Feminina — UCF e Movimento de Arregimentação Feminina), religiosas (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, Círculos Operários Católicos, Associações Cristãs de Moços), associações civis e de classe (Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para Educação Cívica) e sindicatos patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) empenharam-se no protesto (CODATO 2008). Um combinado de grupos das elites e associações cristãs organizadas e patrocinadas pelo IPES.

A personagem escolhida para representar o combate ao governo Goulart, foi a dona de casa de classe média.

A mobilização das mulheres asseguraria parte significativa da Caixa de Resonância, uma máquina poderosa e de grande alcance. As organizações femininas (geralmente com um corpo masculino de assessores políticos e organizacionais) mostravam-se instrumentais na campanha conduzida pela elite orgânica para infundir o temor à “ameaça vermelha”, ao mesmo tempo que elas eram o seu próprio alvo. No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara (DREIFUS, 1986).

Dentre as entidades citadas acima, enfatizamos a UCF - União Católica Feminina, organizada no estado de São Paulo no ano de 1962, com o objetivo de esclarecer a opinião pública sobre a importância da “defesa do Regime Democrático” e do “despertar da consciência cívica nas mulheres”. Também destacamos a CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia, criada em 1962 durante a campanha eleitoral de 1962, patrocinava conferências para seus membros sobre o perigo da “subversão comunista”, realizando reuniões públicas, distribuindo panfletos e colecionando assinaturas em petições de protesto. “A CAMDE trabalhava com a cooperação de associações congêneres, de São Paulo e de outras partes, como a CEC, a UCF, o MAF, a LIMDE, a CDFR e a ADF, dentre outras, e com diversos auxiliares do complexo IPES/IBAD” (DREIFUS, 1986).

Assim, o auge de todo este esforço de criação e coordenação das entidades femininas orientada pelo IPES, resultou nas 500.000 pessoas que compareceram a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em São Paulo, para protestar contra o comício de 13 de março de João Goulart (DREIFUS, 1986).

Mas quais eram os medos destas associações religiosas e congregações de padrões? Dentre os diversos vetores de mobilização desses seguimentos sociais havia um que galvanizava as diversas perspectivas e intenções: o anticomunismo. Segundo Motta, “o anticomunismo foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira” (MOTTA, 2002). O comunismo representava o ateísmo para os católicos, o estrangeirismo para os nacionalistas e o fim da propriedade para os liberais. Ou seja, cada grupo via no comunismo um de seus inimigos principais.

No Brasil, os valores religiosos católicos constituíram os fundamentos principais para a mobilização anticomunista (MOTTA, 2002).

Para falar sobre o anticomunismo católico, citam-se as encíclicas papais que trataram do tema. Segundo Carla Simone Rodeguero,

Diversas encíclicas papais trataram da questão, entre elas a *Divini Redemptoris* de 1937, de Pio XI, em que ele afirmou ser o comunismo “um sistema que desconhece a verdadeira origem, natureza e fim do Estado e nega os direitos da pessoa humana, de sua dignidade e liberdade” (RODEGUERO, 2003).

Outras encíclicas papais, principalmente as de Leão XIII, apresentam argumentos muito parecidos. Falando sobre a forma antinatural do comunismo, esse papa coloca três direitos naturais inquestionáveis que seriam violados pelo comunismo: a propriedade, a família e o poder paterno. A falta de propriedade faria com que os seres humanos dominassem de forma confusa a terra e que esta, dividida em propriedades, não deixaria de estar a serviço de todos.

A família e o casamento – o adágio “Crescei e Multiplicai-vos” - estariam intimamente ligados à propriedade, pois um pai de família somente conseguiria mantê-la com suas posses, e somente assim o poder paterno, de organizar e estruturar o futuro de seus filhos, os sustentado e formando um patrimônio, poderia se efetivar (RODEGUERO, 2003).

Tudo isso formava o *imaginário anticomunista* que neste aspecto era exposto pela Igreja Católica definido por Rodeghero como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964” (RODEGUERO, 2003).

Assim, características fixas aos praticantes do comunismo eram utilizadas num complexo jogo, no sentido de amedrontar a população da *ameaça ateísta, materialista*, do comunismo internacional.

Como todos os inimigos da Igreja Católica, o comunismo foi equiparado à figura do diabo. Utilizando o elemento demonológico já existente na sociedade católica e transpondo-o para o comunismo, facilmente as imagens do satanás e do perigo vermelho se cruzariam na mente dos cristãos.

O comunismo era um demônio semelhante e, ao mesmo tempo diferente de outros que a Igreja já combatiera: representava a força do mal que estivera presente no mundo desde a criação do pecado original, mas tinha características próprias e atuais, como o ateísmo e o materialismo, o objetivo de destruir a família, a propriedade privada e a pátria, de querer solapar todas as conquistas da civilização cristã. Por tudo isso, era considerado o inimigo mais poderoso e todos os tempos, o demônio mais aterrorizante e maldoso (RODEGUERO, 2003).

A utilização do elemento demonológico foi muito forte, em outros momentos da história, sobretudo naqueles em que a Igreja se deparava com novas situações, que geravam novas concepções de vida e forma livre de pensamento. Nos casos estudados especificamente no Rio Grande do Sul, sobre o anticomunismo sul-riograndense nos anos de 1945-1964, Carla Rodeghero assinala a forma com que eram feitas as relações entre o diabo e o comunismo, partindo de exemplos do cotidiano.

...exemplo da associação do comunismo com o diabo aparece numa oração impressa com a autorização de Dom Zorzi, bispo de Caxias do Sul desde 1952, a qual deveria ser rezada pelas famílias pelo menos uma vez por semana para que os demônios fossem exorcizados. As suas primeiras palavras são uma evocação a Maria para que ajude no combate ao comunismo: “Maria, minha mãe e rainha, eu me consagro ao Vosso Imaculado Coração, para a salvação da Rússia e a paz do mundo” (RODEGUERO, 2003).

Porém, para não ficar apenas no plano da abstração demonológica, o anticomunismo católico também utilizava-se de outras imagens além das do demônio, relacionando os comunistas com animais nocivos a saúde humana, ou que tivessem características repulsivas. Abutres, gatos, lobos disfarçados de ovelhas, polvo, serpentes, dragões. As características que determinavam o modo de ser e agir destes animais era atribuída aos comunistas.

...Infestar o ambiente e prejudicar a saúde; alimentar-se de carne decomposta e dos povos escravizados; ser astuto e falso; ser predador e disfarçar-se de inocente; ter características aberrantes em relação à ordem da natureza; ter tentáculos longos que atingem o mundo inteiro; ser animal traiçoeiro e nocivo à semelhança do que tentou Adão no paraíso; animal fabuloso e normalmente ligado ao mal (RODEGUERO, 2003).

A análise histórica permite localizar a Igreja Católica como um dos grupos de poder que possuem, desde a época do período colonial, maior influência na vida social e política brasileira. O comunismo seria um conjunto de idéias que poderia se contrapor a todo o sistema de crenças que possuíam os católicos, constituía-se em um sistema de valores que fomentava uma nova moral a ser instituída na sociedade e não deixaria a religião encontrar espaço para se expandir.

A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha o amor a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasada em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista levaria ao desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (MOTTA, 2002).

Os católicos, após a Revolução Bolchevique na Rússia, tiveram alguns de seus temores concretizados: foram perseguidas as instituições religiosas, tendo sido presos e

executados religiosos e fechados templos. Além disso, para piorar ainda mais a perspectiva e o medo católico, foi estimulada na Rússia a disseminação do ateísmo através do apoio a uma entidade chamada *Liga dos Sem-Deus* (RODEGUERO, 2003).

Estabelecendo-se uma relação de bem e mal na sociedade, o cidadão deveria ser católico ou comunista; neste último caso era intrinsecamente mau, como o sistema que defendia. Porém o medo de perder fiéis para essa nova filosofia e essa nova moral causou apavoramento nos meios eclesiásticos.

No Brasil, tal preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando a vencer as resistências do eleitorado católico. A Igreja reagiu através da pena de diversos líderes religiosos, na maioria clérigos, que escreveram obras anticomunistas neste contexto (RODEGUERO, 2003).

O comunismo teria como característica principal o ódio em contraposição ao amor cristão. O amor cristão seria algo positivo e realizador sendo o ódio a expressão da corrupção da natureza humana. Vê-se nesse momento o medo da perda de poder por parte da Igreja Católica. O catolicismo teve, de forma declarada, uma doutrina que combatia seu espaço e seu poder, questionando o poder transcendental elaborado através do imaginário católico, contra a luta material, luta de classes que poderia modificar a ordem estabelecida. Era uma luta do transcendente contra o imanente, do bem contra o mal.

A luta católica anticomunista assinalava imagens de luz e trevas, cristãos seriam *filhos da luz* ao passo que os comunistas os *filhos das trevas* (RODEGUERO, 2003). O comunismo, assim, foi eleito como inimigo da Igreja católica, último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos *erros* iniciados no período do Renascimento (RODEGUERO, 2003).

As mulheres e o anti-comunismo: defesa da família contra as “putas comunistas”.

Nota-se que diversas organizações femininas organizaram-se em grupos políticos para defesa da sociedade cristã contra o comunismo ateu. Seria grande ameaça à família católica uma eventual “ditadura comunista”. Sobre este fenômeno, Solange de

Deus Simões afirma que, repentinamente, as mulheres saíram do espaço a elas destinado, o privado, e passaram a ter um espaço político de destaque.

Nos mais importantes centros econômicos e políticos do país mulheres ocupam a primeira página no noticiário político; promovem atividades em praça pública, com ampla cobertura das estações de rádio; estão presentes em programas de televisão fazendo declarações e lançando manifestos políticos (SIMÕES, 1985).

Como já mencionado foram diversos os grupos surgidos neste período, dos que mais se destacaram citamos: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara), União Cívica Feminina (UCF – São Paulo), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF – São Paulo), Liga da Mulher Democrata (LIMDE – Minas Gerais), Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG – Rio Grande do Sul), Cruzada Democrática Feminina (CDF- Pernambuco) (SIMÕES, 1985).

Por que tais mulheres lutavam? Esta inusitada presença estava ligada a que nos anos de 1962 em diante?

O governo João Goulart era acusado pelo grupo que posteriormente organizaram e executaram o golpe de Estado de 1964, principalmente, membros do complexo IPES-IBAD de estar transformando o Brasil em uma “República Sindicalista” e que isso o tornava responsável pela crise econômica e os graves problemas que o país enfrentava.

Essa pretensa República Sindicalista seria, de acordo com a propaganda das burguesia, a primeira forma assumida por um “comunismo ateu” que “aboliria as classes sociais”, proletarizando as classes médias, que separaria os filhos dos pais, destruindo a família, e que, por fim, proibiria o livre exercício das religiões, destruindo, assim, de maneira radical e total, os supostos valores ocidentais e cristãos da sociedade brasileira (SIMÕES, 1985).

Neste contexto, que figura seria mais confiável do que a mãe para o chamamento do povo para a salvação da pátria contra estes ameaçadores perigos? Quem poderia ser mais honesta e mais isenta de interesses espúrios do que a mulher – mãe dona de casa?

Devido à ausência marcante das mulheres no acontecer político no Brasil e à imagem culturalmente santificada da “mulher-mãe” na nossa sociedade, esperava-se que a presença de “donas de casa” na ação política ao mesmo tempo que provocasse impacto, gerasse também grande confiabilidade nas “motivações cívicas” das mulheres, em oposição aos “interesses pessoais” e a “corrupção” que, na crença geral, moviam os políticos e governantes (SIMÕES 1985).

Lutavam estas mulheres através de manifestações, notas de repúdio, cartas em jornais contra a implantação de um regime comunista no Brasil que possuiria dentre

outras, as seguintes características: o regime ateu, que abolia as religiões; o Estado totalitário, que separava os filhos dos pais; o regime de violência e terror, que abolia as liberdades individuais; o regime de tristeza e do tédio, onde ser feliz era proibido (SIMÕES, 1985).

Outra característica comunista que viria para *subverter a ordem natural* da família seria o empenho pela chamada emancipação da mulher. Segundo Motta.

Outro golpe sério na família tradicional: os comunistas investiam contra a hierarquia natural, questionando o poder paterno dentro do núcleo familiar e o papel do homem na sociedade. Pretendiam “libertar a mulher” da sua secular submissão e de sua tradicional função doméstica, estimulando-a a buscar igualar-se ao homem. Ao contrário, de manter-se como esteio do lar, guardiã dos valores da família, a mulher deveria desvincular-se das atividades domésticas e abraçar o trabalho profissional (MOTTA, 2002).

Com relação ao lugar da mulher no matrimônio por exemplo, este foi definida pelo Papa Pio XII em sua Encíclica *Casti Conubii*, em que coloca a hierarquia matrimonial.

A ordem no amor

26. Ligada, enfim, com o vínculo desta caridade a sociedade doméstica, florescerá necessariamente aquilo que Santo Agostinho chama a ordem do amor. Essa ordem implica de um lado a superioridade do marido sobre a mulher e os filhos, e de outro a pronta sujeição e obediência da mulher não pela violência, mas como a recomenda o Apóstolo com estas palavras: “Sujeitem-se as mulheres aos seus maridos como ao Senhor; porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja” (Ef 5, 22-23) (VATICANO, 1930).

Ora, aderir ao comunismo, significaria então subverter a ordem *natural* da família.

Assim estas mulheres da classe média, *boas mães de família* responsáveis pela organização destas entidades de luta pela família, contra o comunismo ateu, com toda sua força anticomunista, inclusive já demonstrada pela quantidade de entidades que deram apoio ao golpe de estado, através de suas Marchas da família, com Deus e pela Liberdade, possuíam características *naturais*, que de forma *nata*, a fariam não aceitar o comunismo no seio de sua família.

De outro modo, engajar todas as parcelas da sociedade na efervescência do imaginário anticomunista era também reservar um papel destacado para a mulher na empreitada doméstica da democracia. Constante no amor, nos ideais, nos conceitos morais em que se educou, na sua fé religiosa, o sexo feminino, segundo Othon Mader, não aceitava a solução comunista para os seus problemas: Os comunistas têm o culto da força e da violência, são os apologistas dos processos brutais; a mulher pela sua natureza frágil, por seus sentimentos delicados, pela sua sensibilidade emocional, não poderá jamais se adaptar a um tal regime. Vivendo para a família e para o seu lar, no regime comunista a mulher não tem as emoções que a vida doméstica lhe proporciona nos países democráticos. Lá ela recebe do Estado alimentação,

vestuário, moradia, emprego, educação, e até idéias, enquanto que nas democracias tipo Americano, ela tem a liberdade de escolher o que deva e o que não deva: comer, vestir e fazer. Há razões, portanto e muitas, para que os comunistas não encontrem adeptos no sexo feminino (GONÇALVES, 2004).

Todavia havia mulheres que não aceitavam essa ordem estabelecida, questionavam o sistema patriarcal e no caso da ditadura, se tornavam opositoras do regime, optando por participar de movimentos organizados, armados ou não, e no mais das vezes ideologicamente identificados com o comunismo.

Assim, como eram vistas as *mulheres comunistas*?

No imaginário conservador, elas obrigatoriamente não seguiam o que está a elas colocado na doutrina católica, sendo consideradas desviantes e, conseqüentemente, imorais.

Entrando, porém, já no espírito de *modernidade* e de maior liberdade sexual dos anos 1960 e 1970, verifica-se a entrada de mulheres na universidade em maior número. Esse fenômeno possibilitou a abertura para projetos pessoais que não estavam colocados para a geração de suas mães. Para essas jovens estudantes, a idéia de profissão formada na adolescência, conjugou-se com a de identidade profissional. É interessante observar que os modelos de mulher e de vida, com o objetivo inescapável de casar e ter filhos, que se apresentavam na época como algo próprio das mulheres, puderam ser pensados sob uma nova configuração.

A mulher “livre” surge na propaganda dos anos 50 e 60, onde a Liberdade torna-se o principal pólo de atração de toda a classe média, associada ao lazer e a aquisição de variados artigos. “Portanto a liberdade era o que os absorventes íntimos *Modess* prometiam às suas consumidoras num anúncio que exibia a figura da mulher desvencilhando-se dos seus grilhões, correntes e barras de ferro” (FIGUEIREDO, 1998), ou ainda “se o tanque de roupas representava uma verdadeira prisão para as donas-de-casa, nada poderia ser-lhes mais atraente do que um eletrodoméstico que a libertasse dele, como se propunham a fazer as lavadoras *Prima*” (FIGUEIREDO, 1998).

A liberdade acima tratada para a mulher, porém não está relacionada a sua postura perante da família, ao marido, ou ainda a a forma católica no qual a mulher deve ser portar. A liberdade alardeada dava-se com relação a possibilidade de compra de bens de consumo, sendo que qualquer ato que restringisse relacionava-se como uma afronta as liberdades individuais.

Propagandas e reportagens da década de 1960 construíam a imagem de que o comunismo não era admirado, nem pelas jovens soviéticas, onde a *natureza feminina* manifestava-se como um estilo universal, coincidente com o estilo de vida capitalista.

Assim, tal como ‘as ocidentais’, também as moças russas era ‘fãs de longos passeios de bicicleta, do ritmo vertiginoso do jazz e das ondulações sensuais do chá-chá-chá’ e seu ‘drama de amor’ era igualmente, o desejo de se casarem, preferencialmente com algum homem ocidental (FIGUEIREDO,1998).

Essa universalidade de pensamento, coincidente com a realidade capitalista, era transposto ao que se esperava de uma mulher de classe média brasileira, ou seja, uma mulher que consumia para ter liberdade, mas mantendo a trilogia da família, tradição e propriedade.

Nesse mundo a *mulher comunista* rompe com os padrões para ela estabelecidos, questionando valores que eram a ela impostos. Tal processo acontecia aos poucos. Inclusive existia entre elas uma relação conflituosa que estabelece com a militância, à medida que aponta elementos que configuram a identidade feminina, compondo um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimento coletivo sobre moça "direita" ou de família. Tal repertório não era aplicável às moças militantes, pois seus comportamentos rompiam com algumas regras de recato que deveriam ser seguidas.

Tais conclusões podem ser verificadas nas pesquisas realizadas por Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeidi Araujo Trindade, Maria de Fátima de Souza Santos, em que são demonstradas as visões que as próprias mulheres que vieram se tornar militantes tinham das mulheres comunistas e delas mesmas.

Rosane partilhava desses códigos e se aproximou da militância temendo sofrer, pelo risco de poder vir a ser identificada como “mulher comunista” uma exclusão moral e social. Esse foi um dos motivos pelos quais resistiu em se reconhecer como pertencendo ao grupo de militantes com o qual estava envolvida: "*Então, outra coisa também que eu não gostava (...) era que as mulheres eram muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas. (...)*". Por outro lado, à medida que interage na militância e convive com as outras mulheres, vai se identificando, reconhecendo e sendo reconhecida, criando, assim, um impacto crítico em relação às opções que estavam disponíveis: "*tanto que tinha uma grande amiga minha, que (...) quando ela soube que eu era, né, que depois eu contei, ela falou assim: ‘mas elas não são galinhas, são piranhas?’ Eu disse: ‘não, não são não!’"* (NASCIMENTO, 2009).

O estereótipo de uma mulher *liberada, piranha, galinha*, em detrimento da mulher direita, estabelece-se na mesma contraposição entre bem e mal, estabelecido entre o capitalismo, cristão e ocidental e o comunismo, ateu e oriental. Com

comportamentos *certos, direitos*, para as mulheres, em detrimento de posturas *erradas, liberadas*.

Assim percebem-se quantas batalhas tiveram que travar e quantos conceitos inclusive internos tiveram que quebrar, tais mulheres para poderem se engajarem nos movimentos de militância pacífica ou ainda armada contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo lutavam contra a condição de inferioridade a qual eram submetidas por todas as doutrinas e ideologias existentes na sociedade até então. A militância era vista como uma quebra das estruturas conservadoras existentes na sociedade daquele momento, e a consequente quebra destes papéis *naturais* de inferioridade relegados a mulher. A entrada da mulher nestes organismos de militância, provavelmente trazia esta vontade de quebrar mais esta estrutura que a considerava inferior ao homem.

A presença das mulheres na luta armada ou mesmo na militância política, no Brasil dos anos 60 e 70 implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representava uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. As militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, "comportando-se como homens", pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, transformando-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (SARTI, 2009).

Na visão do regime, para a sua repressão, a mulher militante será definida sempre como “puta comunista”. Segundo Ana Colling em depoimentos colhidos de mulheres presas e torturadas pelos órgãos de segurança, a mulher militante era um ser desviante e assim deveria ser enquadrado.

Para a repressão, a mulher militante será definida sempre como “puta comunista”. É Simone quem afirma; ‘eles usam uma expressão que é constante, eles não usam o teu nome, eles usam sempre “puta comunista”. A imagem da mulher como anjo ou demônio está muito presente. O anjo corporificado em Maria, pura e santa, é a mulher tradicional, a mãe assexuada, restrita ao mundo privado do lar; e o demônio é corporificado em Eva, que levou o primeiro homem ao pecado, portanto desviante e corrompedora, sexuada e sedutora. É neste segundo modelo que se enquadra a militante comunista (COLLING, 1997).

Ao construir o sujeito político feminino, este é descrito como um ser desviante e não político. As mulheres inclusive não são consideradas sujeitos capazes de decisões políticas. Quando aparecem em documentos oficiais é porque são filhas, irmãs, esposas ou amantes dos homens procurados. Elas não teriam vontade própria, sendo

consideradas um desvio de mulher para a repressão, é aquela que rompe com os padrões tradicionais e que está na militância por outros motivos que não a política; por exemplo, à procura de homens. Ela será sempre aquela que não foi bem educada pela família, ou aquela que é mal-amada (COLLING, 1997).

A mulher que se envolvesse com política na visão da repressão estava militando apenas por duas razões: ou para procurar homens, acusando-a de viver na promiscuidade, ou por que era mulher-macho, homossexual, pois naturalmente uma mulher “normal”, não entraria nesta vida.

Que homens questionassem o poder é até aceitável, porque o código masculino pressupõe competição e rivalidade . Mas as mulheres? Isto é inaceitável. O lugar da mulher não é neste campo público e político, de competição e de briga. Ela historicamente é excluída e subordinada a uma arena pessoal e privada onde as diferenças são resolvidas numa relação de poder entre homem e mulher, dentro do lar (COLLING, 1997).

A mulher subversiva estava assim, a desviar dos padrões “normais”. Era enclausurada pela repressão em duas categorias problemáticas - a de prostituta, objeto de desejo dos homens, e a de comunista, desviante política. Dois pecados andando lado a lado para destruir a imagem da mulher que ousou invadir o espaço masculino.

Para a repressão a mulher que ousava militar politicamente em contrariedade ao regime cometia um pecado ainda mais grave que os homens. Além de ser considerada “subversiva”, ou mesmo “criminososa”, por descumprir as leis da repressão, era considerada também uma mulher que lutava no espaço público que não era a ela destinado. A mulher pública era desviante, e além de politicamente desviante era moralmente desviante, não ficando adstrita ao seu lugar, como dona de casa, ou no máximo como professora, que poderia ser considerado uma extensão do lar.

Enfim, a mulher que lutou externamente pelo regime militar, é considerada uma mãe, que saiu do seu lugar destinado, privado, mas que saiu somente para lutar contra a comunização do país, pois ela luta para a sua família continuar do jeito que está e ela poder continuar submetendo-se ao homem no privado. Luta para continuar privada. A mulher que luta por mudanças ou contra o governo, é desviante, pois sai de seu lar para comunizar o país, e como o comunismo prega a não hierarquia entre homens e mulheres, estas estariam lutando para sair definitivamente do espaço a ela destinado, o privado. Sendo assim, trata-se de uma mulher destruidoras de lares, além de subversiva, ou seja, uma “puta comunista”, na visão do regime.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ato Institucional nº1 de 09 de abril de 1964. Disponível em <[HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em 02|02|2010.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a11v2447.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p.84.

DREIFUS, René Armand. 1964: A conquista do estado: ação política, poder e golpe de estado. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. *A liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.1998.p.130.

GONÇALVES, Marcos. *Os arautos da dissolução : mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas. 2004. Disponível em <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/12342>>. Acesso em 27 abr. 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectivas: FAPESC, 2002.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli. TRINDADE, Zeidi Araújo, SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários*. In: *Revista Interamericana de Psicologia*. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300011&lng=pt&nrm=isso> Acesso em 28 abr. 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

SARTI, Cynthia. *Cadernos Pagu. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100003&script=sci_arttext&tlng=em>. Acesso em 28 abr. 2009.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PIO XI. *Casti Conubi*. Disponível em <<http://www.capela.org.br/indicemagisterio.htm>>. Acesso em 28 abr. 2009.